



TODOS A BRASÍLIA EM 24 DE ABRIL

Págs. 04-05



Editorial

A luta começa na base

Pág. 02

Conjuntura Nacional

Aumentam os efeitos da crise

Pág. 03

Giro nos órgãos

Geap, Aposentados e Pensionistas,
DNIT e Cíveis de Órgãos Militares

Págs. 06-07

Atividades

08 e 21 de Março: Dias Internacionais
da Mulher e do Combate ao Racismo.

Pág. 08

CHEGA DE ATAQUES AOS NOSSOS DIREITOS!

CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO FEDERAL

- Contra o ACE (Acordo Celeres Especial) e a precarização do trabalho!
- Defesa da aposentadoria não ao teto previdenciário e à tabela 95/95! Anulação da reforma da previdência de 2008!
- Apoio à luta dos trabalhadores do campo contra a agronegócio! Reforma agrária! Respeito aos direitos dos assalariados rurais!
- Aumento geral dos salários!
- Defesa dos servidores públicos! Direito de negociação e contratação coletiva! Plano diretor de greve para os servidores!
- Defesa da educação pública! Todo apoio à luta dos trabalhadores em educação e estudantes! 10% do PIB na educação pública, já!
- Pagamento integral do plano nacional dos professores!
- Defesa da saúde pública! Revogação da lei que criou o ESSEFPI!
- Direito a moradia digna para todos! Chega de violência contra idosos e pobres!
- Respeito aos povos indígenas e quilombolas! Organização imediata de suas terras!
- Defesa do emprego! Cotação 100 da OIT! Produção de grãos sem redução salarial!
- Contra as privatizações dos serviços e empresas! Petróleo 100% estatal! Contra as lutas dos reservas de petróleo!
- Suspensão do pagamento do dívida externa e internal! Mais verbas para saúde, educação, ciência e reforma agrária!
- Contra a criminalização da luta e dos movimentos sociais!
- Contra toda forma de opressão e discriminação!

TODOS A BRASÍLIA Dia 24 de abril de 2013



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

141

MARÇO 2013



FILIADO À **COXISEF**





A luta começa na base

Um grande sindicato brasileiro, o dos Metalúrgicos do ABC, apresenta uma proposta de flexibilização da CLT, o Acordo Coletivo Especial (ACE), permitindo acordos que reduzem direitos do trabalhador. Você já se perguntou por que isso acontece? Será que esse sindicato está fazendo o que sua base quer? Esse é apenas um dentre muitos exemplos. Temos dito aqui que o Sindsef-SP é diferente, é um sindicato de luta e comprometido com sua base. Mas quem garante que será sempre assim?

Defendemos que o sindicato seja dirigido pela base. Mas, para isso, é preciso participação. Nem todos, porém, estão dispostos a dar muito do seu tempo ao sindicato. Seja por falta de tempo disponível, seja por descrença em relação ao sindicalismo. Alguns apostam em soluções individuais para os problemas, como prestar um concurso melhor. Essa é uma situação que favorece um tipo específico de sindicalista: o burocrata.

O burocrata sindical é aquele que se apropria do aparato do sindicato e se distancia dos problemas de sua

base. Nem sempre é uma pessoa mal intencionada. Pode até ser combativo e de esquerda. Mas pensa saber o que é melhor para a base e acha que pode tomar decisões sem consultar ninguém. Com o passar do tempo, esse distanciamento só aumenta.

No Sindsef-SP, resolvemos parte do problema na última alteração do estatuto: não há mais possibilidade de dirigentes sindicais se perpetuarem no cargo, já que é permitida apenas uma reeleição. Mas ainda é preciso avançar na organização por locais de trabalho. Neste começo de ano, estamos promovendo assembleias para eleição de delegados sindicais de base.

A participação dos delegados de base torna o sindicato mais democrático. Veja só: o delegado sindical participa do Conselho Deliberativo, uma instância acima da Diretoria. O delegado também pode organizar assembleias e outras atividades no seu local de trabalho. Isso assegura a autonomia dos trabalhadores. Mas não é só isso. Muitas das lutas são travadas nos locais de trabalho, como a luta contra o assédio moral. É importante que os trabalhadores

estejam organizados para enfrentar esses problemas.

Tivemos boas experiências na base do Sindsef-SP nos últimos anos. A forte greve de 2012, por exemplo, foi organizada a partir da base. A categoria não hesitou em radicalizar nos momentos em que se sentiu forte para isso. Os trabalhadores também decidiram com total autonomia se aceitariam ou não a proposta de reajuste salarial do governo. Mas essa mobilização não pode se restringir às greves. Sofremos ataques os mais variados no dia a dia, seja com as perseguições aos ativistas, seja com o encareci-

mento dos planos de saúde, seja com o sucateamento dos órgãos públicos.

Não existe direção que, por si só, resolva os problemas dos trabalhadores sem que eles precisem se mobilizar. Mesmo as históricas greves do ABC, no final dos anos 70, foram realizadas graças à pressão das bases sobre a burocracia sindical da época. Essa é uma lição da história que tem sido convenientemente esquecida, como se apenas os líderes fossem importantes. Mas a luta não acontece em gabinetes. Vamos escrever a nossa história antes que alguém a escreva por nós.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - JANEIRO 2013

SALDO INICIAL	R\$ 89.958,88
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 181.239,95
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede e núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 19.783,56
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, V.R., V.T etc.)	R\$ 65.447,08
SINDICAL (Hospedagens, locação de veículos, viagens, reunião de diretoria, cursos/palestras, doações etc.)	R\$ 19.144,72
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 34.803,13
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 0,00
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 1.968,55
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 26.233,13
VEICULO (Seguro, prestação, combustível, pedágio, estacionamento etc)	R\$ 6.898,84
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 4.285,15
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 178.564,16
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 2.675,79
SALDO FINAL	R\$ 92.634,67

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**



Seminário de diretoria do Sindsef-SP debate trabalho de base e combate à burocratização.

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br

Jornalistas responsáveis Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL) - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel

Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP



AUMENTAM OS EFEITOS DA CRISE

Os efeitos da crise econômica mundial chegam com mais força ao Brasil. O crescimento de apenas 1% do PIB em 2012 e o aumento do endividamento das famílias e do próprio país, que já chega a três trilhões de reais, além de um conjunto de medidas de ataques aos direitos dos trabalhadores e o início de um processo de demissões significativo em setores da indústria brasileira são exemplos claros disto.

Para buscar responder aos efeitos da crise o governo retoma iniciativas que protegem os empresários, os banqueiros e os latifundiários, mas penalizam duramente os trabalhadores, como a proposta de uma nova Reforma da Previdência que aumenta ainda mais a idade mínima e o tempo de contribuição para a aposentadoria. Além disso, tenta aplicar uma reforma sindical e trabalhista (ACE) para retirar direitos dos trabalhadores, ao mesmo tempo



Jornada nacional de lutas, ocorrida em 2011.

em que desonera a folha aos empresários. Todas essas medidas tem contado com o apoio, cada vez maior, das direções das centrais sindicais governistas, que agora passam a proponentes desses ataques: exemplo do ACE, proposto pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e da fórmula para cálculo da aposentadoria, ancorada nas centrais governistas. Devido

a sua vinculação com o governo, essas Centrais ainda por cima negam-se a fazer a campanha pela anulação da reforma da previdência de 2003, paga com o dinheiro do mensalão.

Frente a esse cenário, é preciso seguir reforçando a construção da unidade de todos que se disponham a lutar em defesa dos interesses dos trabalhadores. Da mesma forma que no

período anterior, observamos muitas lutas e mobilizações, onde segue a resistência aos inúmeros ataques promovidos pelos governos e os patrões. Neste sentido as lutas salariais, por moradia e contra os despejos, em defesa da previdência pública, contra as demissões, em defesa da reforma agrária, dos direitos dos assalariados rurais, precisam ser incorporadas.

É preciso aprofundar as iniciativas que vêm sendo construídas. Nossa principal atividade nesse momento é a preparação e realização da jornada nacional de lutas e da marcha em Brasília, no dia 24 de abril. Essa jornada busca unificar e dar um sentido comum às lutas em curso.

Em cada luta que ocorrer ou campanha salarial que se inicia, a realização da marcha deve ser uma referência no calendário. A preparação já começou e, em alguns estados, estão sendo organizados também dias estaduais de mobilização.

CONTRA A COBRANÇA DE IMPOSTO SINDICAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

No dia 25 de fevereiro aconteceu uma Audiência Pública sobre a cobrança da contribuição do imposto sindical dos servidores públicos. A audiência foi marcada após movimentação das centrais sindicais governistas: Força Sindical, CGT, Nova Central, CSB, CGTB, UGT que defendem que os trabalhadores, independente de serem do setor público ou privado, têm que pagar o imposto e, por isso, a lei que impõe a contribuição sindical compulsória tem que valer para todos os trabalhadores.

No início de 2013, o ministro Carlos Daut Brizola do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego)

editou norma executiva, após parecer da AGU (Advocacia-Geral da União), questionando a validade constitucional da instrução normativa de 2008, do então ministro do MTE, Carlos Lupi, que estendeu a obrigação de pagar imposto sindical também aos servidores públicos.

A CUT criticou a postura unilateral do governo ao não discutir com as centrais sobre o tema e propôs que fosse suspensa a normativa. Na prática, ao defender a suspensão, essa central faz coro com as outras centrais, uma vez que voltará a ter efeito a norma anterior, editada pelo ministro Lupi.

A CSP-Conlutas foi a única cen-

tral que se posicionou contra a cobrança de imposto sindical dos servidores. “A Central defende que a cobrança do imposto sindical deve ser banida tanto no setor público quando no setor privado. Defendemos o financiamento feito voluntariamente pelos trabalhadores e o autofinanciamento das entidades sindicais. Somos contra o pagamento do imposto, pois este está sob a tutela do Estado e compromete a independência dos sindicatos frente aos governos e patrões”, disse Paulo Barela, da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas.

Segundo o dirigente, as centrais sindicais governistas só estão inte-

ressadas nos mais de 11 milhões de servidores passíveis de contribuição. “Elas estão de olho nos milhões de reais que sairão dos salários dos funcionários públicos, assim como já fazem em relação aos trabalhadores do setor privado”, completou.

Barela ressalta que a CSP-Conlutas vai continuar lutando ao lado dos trabalhadores contra a cobrança do imposto sindical que burocratiza as relações entre sindicato e trabalhadores. “Nós, da CSP-Conlutas, gostaríamos de ver o mesmo ímpeto dessas centrais nas lutas que verdadeiramente são de interesse dos trabalhadores como a marcha do dia 24 de abril em Brasília”, desafiou.



TODOS A BRASÍLIA EM 24 DE ABRIL

No dia 24 de abril vai acontecer a primeira grande manifestação nacional de 2013. A marcha em Brasília pretende reunir servidores públicos federais, trabalhadores da iniciativa privada, movimentos populares e estudantes, em torno de um conjunto de bandeiras (abaixo) que compõem a plataforma de reivindicações. Juntos, em defesa dos direitos de todos!

Dentre as principais bandeiras está a luta pela anulação da reforma da previdência de 2003 – abordada no nosso encarte especial desta edição –, contra o Acordo Coletivo Especial, pelo fim do Fator Previdenciário e contra a Fórmula 85/95, além de também pautar demandas dos movimentos populares, sem terra e sem teto, estudantis, LGBTs, feministas, indígenas e quilombolas.

Toda a movimentação feita em Brasília não se resumirá aos manifestantes que estarão na Esplanada dos Ministérios. “Os que

lá estiverem serão a expressão dos milhões que, em cada estado, em cada município deste país, apoiam esta luta”, apontou Zé Maria de Almeida, membro da Secretaria Nacional da CSP-Conlutas.

A manifestação vai sacudir o Brasil e chamar atenção para todas as lutas em curso do conjunto da classe trabalhadora. Neste sentido, o Sindsef-SP pretende se somar ao evento, fazendo todos os esforços necessários para ajudar a construir e garantir o sucesso deste importante protesto.



Marcha dos servidores públicos federais durante a Campanha Salarial Unificada 2012.

PLATAFORMA DE LUTA

- CONTRA O ACE (ACORDO COLETIVO ESPECIAL) E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

(Contra a precarização do trabalho e a flexibilização da CLT / Contra a terceirização / Combate aos acidentes e ambientes insalubres no trabalho / Combate a todas as formas de trabalho escravo e em condições análogas à escravidão / Combate a todas as formas de assédio moral e sexual);

- FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO / ANULAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE 2003 / DEFESA DA APOSENTADORIA E DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

(Contra a adoção de idade mínima e o fator 85-95 / Recomposição do valor das aposentadorias ao patamar de quando foram concedidas / Contra a redução da contribuição patronal para o financiamento da previdência social / Contra os fundos de aposentadoria complementar e a privatização da previdência);

- REFORMA AGRÁRIA JÁ / RESPEITO AOS DIREITOS DOS ASSALARIADOS RURAIS / APOIO À LUTA DOS TRABALHADORES DO CAMPO CONTRA O LATIFÚNDIO E O AGRONEGÓCIO

(Em defesa da reforma agrária e de uma política agrária e agrícola de apoio ao trabalhador do campo e voltada para a produção de alimentos para o povo brasileiro / Respeito aos direitos dos trabalhadores do campo / Condições dignas de trabalho para todos);

- EM DEFESA DO DIREITO À MORADIA

DIGNA / CHEGA DE VIOLÊNCIA CONTRA POBRES E NEGROS

(Contra as remoções e os despejos, agravados com os mega eventos – Copa do Mundo e Olimpíada / Moradia Digna para todos / Fim à violência contra a pobreza e ao verdadeiro genocídio da juventude negra e pobre da periferia dos grandes centros urbanos);

- EM DEFESA DOS (AS) SERVIDORES (AS) PÚBLICOS (AS)

(Apoio às reivindicações dos (as) servidores (as) públicos (as) / Defesa do direito de negociação e contratação coletiva/ Contra as restrições ao direito de greve, seja dos (as) trabalhadores (as) do serviço público, seja da iniciativa privada);

- AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS

(Reposição da perda inflacionária e aumento real dos salários / Congelamento dos preços dos alimentos e tarifas públicas);

- ADOÇÃO IMEDIATA DA CONVENÇÃO 158 DA OIT / EM DEFESA DO EMPREGO / REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO SALARIAL

- EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA

(Aplicação imediata de 10% do PIB na educação pública / Implementação imediata do piso nacional dos professores, com 1/3 da jornada em atividade extraclasse / Contra a mercantilização do ensino, defesa da educação pública laica, democrática e de qualidade / Aplicação imediata de 6% do PIB na saúde pública / Revogação da lei que criou a EBSERH, que privatiza os hospitais universitários e o SUS);

- RESPEITO AOS POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

(Respeito aos povos indígenas / Em defesa das reivindicações das comunidades quilombolas / Imediata demarcação das terras indígenas e quilombolas / Respeito à sua cultura / Apoio do Estado para assegurar direitos básicos a todos);

- CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

- DEFESA DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS NATURAIS DO BRASIL

(Contra os leilões das reservas de petróleo / Petrobrás 100% estatal / Contra a privatização dos aeroportos e das estradas do país);

- SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA E INTERNA AOS GRANDES ESPECULADORES

(Auditoria da dívida externa e interna / Fim do superávit primário);

- CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DAS LUTAS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

(Lutar é um direito, não é crime / Defesa do pleno direito de greve / Basta de assassinatos no campo – prisão de assassinos e mandantes / Fim às perseguições aos lutadores sociais / Fim aos processos contra os operários da construção civil de Jirau, Belo Monte e outros);

- CONTRA O NOVO CÓDIGO FLORESTAL / EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- CONTRA TODA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO E OPRESSÃO

(Combate a toda forma de discriminação, seja homofóbica, sexista, racial, ou das pessoas com necessidades especiais).



ATO DE LANÇAMENTO DA CAMPANHA UNIFICADA SUPERA EXPECTATIVAS

A campanha foi oficialmente lançada no dia 20 de fevereiro, com a realização de um Ato em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Superando as expectativas da organização, mais de 300 representantes dos sindicatos, vindos de diversos estados do país, participaram da atividade simbólica que deu início à jornada de lutas.

Denunciaram o descaso do governo com os trabalhadores do serviço público, incluindo o descumprimento de acordos firmados em 2008 e também os de 2012, que já deveriam começar a valer desde o início do ano.

As entidades que compõem o Fórum Nacional dos SPFs tinham solicitado uma audiência com a ministra Miriam Belchior com um mês de antecedência, na data do protocolo da pauta de reivindicações dos servidores, mas ela se recusou a atendê-los.

A necessidade de divulgação da pauta de reivindicações e a participação na marcha, marcada para dia



Ata de lançamento da Campanha Salarial Unificada 2013, em frente ao Bloco "K" do MPOG.

24 de abril, foram destaques no lançamento da campanha e são as prioridades do período.

“Temos que seguir com a denúncia de que o governo continua não cumprindo a determinação constitucional que obriga a revisão anual dos salários dos servidores públicos”, afirmou o 1º vice-presidente do ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch.

O membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP – Conlutas,

Paulo Barela, alertou sobre os ventos da crise na Europa que refletem no Brasil e as consequências para os servidores. “Essa situação resulta na super-exploração da classe trabalhadora e na retirada de seus direitos”.

Na avaliação das entidades, o ato foi um sucesso e demonstrou que o governo continua tão intransigente quando no ano passado, o que representa mais um motivo para avançar na mobilização.

RUMO À GRANDE MARCHA

Plenárias setoriais, oficina sobre o Acordo Coletivo Especial, negociação coletiva e direito de greve, reunião do Fórum de Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF), reunião do Espaço Unidade de Ação e o lançamento da campanha salarial de 2003. Tudo isso aconteceu entre os dias 18 e 22 de fevereiro, em Brasília.

Na sede da Condsef, os representantes do Sindsef-SP e de diversos outros sindicatos dos mais variados estados participaram de plenárias dos servidores do DNIT, DNPM, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, civis de órgãos militares e dos aposentados e pensionistas.

Os participantes discutiram as pautas específicas dos órgãos e autarquias, aprovaram resoluções para fortalecer a luta por suas demandas e também pelas reivindicações gerais do funcionalismo público federal. Muitos, incluindo os vinculados ao Sindsef-SP, permaneceram na capital federal para as demais atividades, como lançamento da Campanha Salarial Unificada 2013.

O tom de todas as atividades chamou atenção para a construção da grande marcha em Brasília no dia 24 de abril.

FORTALECER A MOBILIZAÇÃO

Os próximos passos seguem no sentido de cobrar o cumprimento dos acordos firmados no ano passado, fortalecer a campanha salarial de 2013 e, neste marco, desenvolver a luta contra os projetos que levam ao congelamento salarial (PLP-549/09) e propõem a demissão através do dispositivo de avaliação de desempenho (PL-248/96).

Além disso, a CSP-Conlutas está chamando atenção para os trabalhadores também se mobilizarem contra o PLS-728/11, que estabelece normas legais para o período de realização da Copa do Mundo-2014. De acordo com a relatoria da última reunião do setorial do serviço público, realizada em 24 de fevereiro, esse projeto de lei propõe restrições às liberdades democráticas de reunião, manifestações públicas, exercício de greve, impondo penas draconianas de até

15, 20 anos ou mais de reclusão para quem as desobedecer. É o AI-5 do século 21.

A marcha do dia 24 de abril está entre as ações de mobilização que começam a ser realizadas pelo atendimento aos pontos da pauta geral protocolada nas instâncias dos Três Poderes da República com ênfase na defesa da data-base em 1º de maio, reposição linear e anual, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, dentre outros.



Marcha dos servidores em 2012.



Oficina sobre o ACE, negociação coletiva e direito de greve.



GEAP

ASSISTIDOS EXIGEM TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Sindsef-SP participou da reunião do Conselho Estadual de Representantes da Geap/SP, realizada em 26 de fevereiro.

A GEAP divulgou uma nota informando as mudanças no gerenciamento e o atual cenário financeiro da organização. Segundo a nota, a GEAP conseguiu reduzir em 35% o déficit da empresa, passando de 400 milhões para 260 milhões.

No entanto, estas mudanças não refletiram em melhorias para os usuários. Os assistidos permanecem sofrendo com a precariedade do atendimento, com o descredenciamento de hospitais e dos prestadores de serviços, seja no interior ou na capital.

O superintendente da GEAP/SP, Roberto Godinho, reafirmou seu compromisso de sanear os débitos

junto aos prestadores de serviço e de restabelecer a rede de credenciados. Segundo ele, em São Paulo “não existem débitos com mais de 120 dias”, afirmou.

Questionado sobre a parceria da Fundação com planos de saúde privados, como a Unimed, argumentou que “este é um mal necessário”, pois, nas regiões onde existem, as reclamações dos assistidos diminuíram visivelmente.

De acordo com a Geap, existem cerca de 50 mil assistidos no estado de São Paulo e o repasse per capita é de R\$ 170,00, gerando uma receita em torno de R\$ 8.5 milhões, sendo que as despesas totalizam 12 milhões mensais.

Os representantes exigiram maior transparência, eficiência na prestação de contas e uma apresentação dos balancetes para o conjunto



Foto: Fábio Corrêa

Reunião do Conselho Estadual de Representantes da GEAP/SP.

dos beneficiários que pagam mensalmente o plano de saúde.

O Sindsef-SP e o Sinsprev-SP irão organizar um seminário para

traçar políticas de atuação para o próximo período. Antes disso, as duas entidades se reunirão para definir um plano de ação mais imediato.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

VIVOS E ATIVOS NA LUTA

Foto: Condisef



Aposentados e pensionistas participam do lançamento da Campanha Salarial 2013.

Em mais uma demonstração de disposição, aposentados e pensionistas se reuniram para definir o plano de luta da categoria em 2013. Na pauta o debate sobre o pagamento integral das Gratificações de Desempenho, mudando o critério atual dos 50% e reafirmando a busca pela paridade,

A Plenária Nacional dos Aposentados e Pensionistas ocorreu em Brasília, no dia 18/02, e reuniu delegados de 16 estados. Deolinda Fernandes, diretora da Secretaria de Aposentados, representou o Sindsef-SP no encontro.

“Precisamos unir forças para acabar com as disparidades sala-

riaes que achatam o salário dos aposentados”, comentou Deolinda. Segundo ela, o encontro foi proveitoso e aprovou encaminhamentos que unem as demandas dos servidores ativos e aposentados, fortalecendo a luta dos SPF's.

Os delegados aprovaram resoluções pedindo a revisão dos valores cobrados pela GEAP; Aprovação da PEC 555 – fim do fator previdenciário; realização de abaixo-assinado eletrônico pela anulação da Reforma da Previdência 2003; e realização de Encontro Nacional dos Aposentados, previsto para Junho de 2013.

DNIT

SERVIDORES VOLTAM A DIZER NÃO AOS 15,8% DO GOVERNO

Em fevereiro, o Sindsef-SP garantiu a participação de delegados de diferentes setores nas plenárias realizadas pela Condsef. O DNIT/SP foi representado por Paulo Garcia, diretor da Secretaria de Comunicação, e Gelson Miranda, delegado de base.

Servidores de diferentes estados do país reafirmaram a posição da base de não aceitar os 15,8% oferecidos pelo governo. “Um reajuste que não repõe sequer a inflação do período”, argumenta Garcia.

Na sequência, aprovaram a manutenção da pauta de reivindicações protocolada em 2012 no Ministério do Planejamento. O documento aborda questões salariais, tabelas que já são de conhecimento do governo, reivindicação de concursos para preenchimento

de vagas e substituição dos que estão para se aposentar, além de demandas que permanecem sem resposta desde a greve de 2008.

Os delegados cobraram da Condsef posicionamento em relação à devolução dos dias descontado dos salários de servidores que participaram da greve de 2008.

CONCURSO

Em 2012 foi realizado um concurso com expressivo número de vagas para cargos de nível médio. No entanto, será insuficiente para sanar os problemas de recursos humanos existentes no DNIT, pois não há previsão para preenchimento das vagas para cargos de nível superior.



Servidores dizem NÃO à proposta do governo durante a Campanha Salarial 2012.

CIVIS DE ÓRGÃOS MILITARES

REIVINDICAÇÕES DOS ÓRGÃOS DA DEFESA

O Sindsef-SP enviou representante para a Plenária Nacional dos Servidores Civis dos Órgãos Militares, realizada na sede da Condsef em 18/02. O objetivo foi definir os principais pontos que serão negociados com o ministério do Planejamento em 2013.

Foram destacados quatro eixos para campanha deste ano: Inclusão dos servidores do PGPE lotados nas Organizações de Tecnologia Militar no PCCTM; Extensão da Lei 12.777 para todos os servidores de nível superior, estendendo os percentuais para o nível intermediário e auxiliar; Cumprimento da Lei 10.404/02, que garante a Gratificação de Desempenho aos aposentados, baseada na média dos últimos 5 cinco anos de atividade; e Criação de gratificação de qualificação e/ou capacitação para todas as carreiras do serviço público federal.

Após os informes dos estados, algumas demandas foram identificadas e aprovadas pelo plenário. Entre elas, a realização de estudos para negociação

junto ao Ministério do Planejamento, para regulamentação da aposentadoria especial; paridade com os três poderes para o auxílio alimentação, aumento no valor da assistência pré-escolar, e revogação da Portaria n°4/12 que trata de licença para assuntos particulares; estudos junto à assessoria jurídica para avaliação de ação judicial para retroatividade de concessão e pagamento da gratificação de qualificação do PCCTM, até 2008 para os que preenchem os requisitos à época da promulgação da lei;

Também foi aprovada a negociação junto ao MPOG para criação de gratificação de qualificação nível I para os auxiliares da Carreira do PCCTM; Incorporação das gratificações de desempenho ao vencimento básico; Inclusão dos servidores do PGPE das organizações militares constantes do anexo XXIV, da lei 11.355/06; Reajuste no vencimento básico da carreira de CTM e dos plano de PCCTM e PGPE, em conformidade com análise da assessoria econômica da Condsef.

Leia o relatório completo na página do Sindsef-SP (www.sindsef-sp.org.br).





08 DE MARÇO: SINDSEF-SP NO COMBATE À OPRESSÃO

As servidoras e os servidores públicos federais da base do SINDSEF-SP, a partir deste ano, têm em sua defesa mais um instrumento de luta sindical: a secretaria de combate às opressões.

Criada com o objetivo de institucionalizar e potencializar a luta contra as opressões, a secretaria tem, entre suas principais missões, o desenvolvimento de projetos e atividades que ajudem a combater toda e qualquer forma de discriminação, seja ela baseada em diferenças de gênero, raça, cor, etnia, orientação e identidade sexual, religião, condição social, física e mental etc.

Entendemos que toda a classe trabalhadora é explorada, mas entendemos também que as pessoas da classe trabalhadora que fogem do padrão “homem-branco-heterossexual-católico-não-deficiente” não são apenas exploradas, são também oprimidas,

pois suas características são deliberadamente utilizadas como forma de colocá-las em desvantagem ou de simplesmente expô-las a situações de violência e brutalidade.

E sendo uma bandeira histórica do SINDSEF-SP, a luta contra a discriminação e violência de gênero, a secretaria de combate às opressões tem participado de todas as atividades que marcam o dia 8 de Março como dia Internacional de Luta das Mulheres.

Parte do Movimento Mulheres em Luta (MML), filiado à CSP Conlutas, o SINDSEF-SP encampou a batalha contra o Acordo Coletivo Especial (ACE), cuja proposta de flexibilização dos direitos trabalhistas é um claro ataque às garantias previstas na CLT, e



Foto: Lara Tapety

Manifestação no dia 08 de março de 2012.

sem as quais as mulheres são expostas a condições de vulnerabilidade ainda maiores diante das crises do mercado.

Assim, neste 8 de Março, o SINDSEF-SP foi mais uma vez às ruas protestar contra a violência à mulher, contra o ACE, contra o assédio sexual e moral, por salários iguais, por mais e melhores creches, pela aplicação

integral da Lei Maria da Penha e por mais políticas e recursos públicos para a proteção à mulher, a seus direitos, a sua saúde, dignidade e autonomia.

Venha você também, servidora e servidor público federal, nos ajudar a fortalecer a secretaria de combate às opressões, tornando-a um instrumento de defesa cada vez mais potente!

21 DE MARÇO: DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA O RACISMO

A data de 21 de março foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o “Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial” em memória do Massacre de Shaperville, ocorrido em 1960, em Johannesburgo, na África do Sul, e que resultou na morte de 89 pessoas, além de ter deixado 186 pessoas gravemente feridas.

Naquele dia, cerca de 20 mil negros e negras protestavam contra a “lei do passe”, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde eles podiam circular.

Transformado em exemplo mundial da face mais asquerosa do racismo, o Massacre, por exemplo, impulsionou o ascenso das lutas de negros e negras pelos direitos civis e ações afirmativas, nos EUA, tendo inspirado a militância de ícones do movimento negro como Malcolm X, Martin Luther King e os Panteras. Todos eles referências, até hoje, para nossas lutas.

NO BRASIL, HIGIENIZAÇÃO ÉTNICO-SOCIAL E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

Mais de meio século depois do Massacre de Shaperville, no Brasil, o racismo também tem assumido formas cada vez mais perversas. Além das práticas neoliberais, a aproximação dos chamados “grandes eventos” (Copa e Olimpíadas) tem alimentado políticas de higienização social e criminalização da pobreza que, sem margem de dúvidas, atingem mais intensamente a população negra.

Além disso, os setores mais conservadores do país têm, literalmente, promovido um verdadeiro festival de atrocidades. Comandados por sujeitos asquerosos como Bolsonaro, Malafaia, Garotinho ou a chamada “bancada cristã” estes setores têm se aproveitado da situação para promover todo e qualquer tipo de ataque contra negros e negras e demais setores oprimidos, principalmente lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT) e mulheres.

RETOMAR AS LUTAS, PARA HONRAR OS MORTOS DE SHAPERVILLE

A primeira presidente-mulher do país tem dado as costas aos oprimidos e intensificado suas alianças com os reacionários e, conseqüentemente, potencializado o aumento da violência contra estes setores.

Contudo, isto, felizmente, não tem acontecido sem a resposta dos movimentos que lutam contra a opressão e exploração. Podemos dizer que há um processo de reorganização dos movimentos negro, de mulheres, LGBT, sindical e popular, no mundo e no

Brasil. Um processo ainda incipiente, mas que tem cumprido um papel fundamental na organização da resistência e na luta contra a opressão, a exploração e a discriminação da sociedade capitalista.

Só a luta sem tréguas, em alianças com os demais oprimidos e explorados, pode nos fazer honrar a memória de todos aqueles e aquelas que tombaram lutando pela verdadeira liberdade. Este é o nosso compromisso.